

Câmara aprova mudança em arbitragem da Receita

Em vitória para Haddad, Câmara aprova projeto que muda o Carf

Proposta, que vai ao Senado, só passou após ministro abrir mão de pontos importantes para Fazenda

Lucas Marchesini e Victória Azevedo

MONTA A Câmara dos Deputados aprovou nesta terça-feira (7) o projeto de lei que muda a regra de funcionamento do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf) do Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais (Tribunal Administrativo de Recursos Fiscais) em projeto de lei para ser o primeiro a ser votado no plenário.

O resultado, aprovado simbolicamente por uma votação parcial do ministro Fernando Haddad (Pso), que, após resistências da base do Congresso, teve que negociar um meio termo e não transferir a MP finalizada provisória) em projeto de lei para ser o primeiro a ser votado no plenário.

O projeto é um dos principais temas do pacote de ajustes fiscais anunciado por Haddad no início de maio para equilibrar as contas públicas, que vão retornar ao terreno negativo em 2023, após a expansão de despesas iniciada durante a transição de governo. O ministro também precisa do apoio de deputados para garantir a aprovação da legislação do pacote de ajustes fiscais anunciado por Haddad no início de maio para equilibrar as contas públicas, que vão retornar ao terreno negativo em 2023, após a expansão de despesas iniciada durante a transição de governo.

O ministro também precisa do apoio de deputados para garantir a aprovação da legislação do pacote de ajustes fiscais anunciado por Haddad no início de maio para equilibrar as contas públicas, que vão retornar ao terreno negativo em 2023, após a expansão de despesas iniciada durante a transição de governo.

A medida prevê a criação de uma comissão de conciliação de interesses do contribuinte e do fisco para resolver as questões que surgirem durante o processo de arbitragem. O projeto Haddad dialoga diretamente com o setor privado, com congressistas, com o relator da matéria, deputado Beto Pereira (PSDB-MG), ex-vice-presidente da Casa, Arthur Lira (PP-AL), para negociar a matéria e tornar o texto menos rígido para os contribuintes.

A mudança em votação ocorreu na segunda-feira (7), em uma sessão extraordinária para aprovar a Reforma Tributária, que Haddad anunciou em maio. A principal mudança no texto original é a previsão de que a maioria de maioria seja, agora, de 200 votos, em vez de 205.



O ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Foto: Luiz Bortolotto/Agência Brasil

Entenda o Carf

O Carf é o Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, órgão que decide sobre os recursos contra as decisões da Receita Federal em matéria tributária.

O Carf é formado por representantes do governo e do contribuinte, com o objetivo de resolver as questões tributárias de forma rápida e eficiente.

O Carf é formado por representantes do governo e do contribuinte, com o objetivo de resolver as questões tributárias de forma rápida e eficiente.

O Carf é formado por representantes do governo e do contribuinte, com o objetivo de resolver as questões tributárias de forma rápida e eficiente.

O Carf é formado por representantes do governo e do contribuinte, com o objetivo de resolver as questões tributárias de forma rápida e eficiente.

O Carf é formado por representantes do governo e do contribuinte, com o objetivo de resolver as questões tributárias de forma rápida e eficiente.

O Carf é formado por representantes do governo e do contribuinte, com o objetivo de resolver as questões tributárias de forma rápida e eficiente.

O Carf é formado por representantes do governo e do contribuinte, com o objetivo de resolver as questões tributárias de forma rápida e eficiente.

O Carf é formado por representantes do governo e do contribuinte, com o objetivo de resolver as questões tributárias de forma rápida e eficiente.

O Carf é formado por representantes do governo e do contribuinte, com o objetivo de resolver as questões tributárias de forma rápida e eficiente.

O Carf é formado por representantes do governo e do contribuinte, com o objetivo de resolver as questões tributárias de forma rápida e eficiente.

A decisão de conceder alívio em matéria tributária para devedores que estão em condições de pagar os débitos. O projeto não estava no projeto original do pacote de ajustes fiscais anunciado por Haddad no início de maio. A medida abre caminho para uma simplificação significativa da chamada transição tributária, cuja lei foi sancionada em maio para ser aplicada imediatamente. O projeto prevê a criação de uma comissão de conciliação de interesses do contribuinte e do fisco para resolver as questões que surgirem durante o processo de arbitragem.

Uma mudança em votação ocorreu na segunda-feira (7), em uma sessão extraordinária para aprovar a Reforma Tributária, que Haddad anunciou em maio. A principal mudança no texto original é a previsão de que a maioria de maioria seja, agora, de 200 votos, em vez de 205.

O projeto prevê a criação de uma comissão de conciliação de interesses do contribuinte e do fisco para resolver as questões que surgirem durante o processo de arbitragem.

O projeto prevê a criação de uma comissão de conciliação de interesses do contribuinte e do fisco para resolver as questões que surgirem durante o processo de arbitragem.

O projeto prevê a criação de uma comissão de conciliação de interesses do contribuinte e do fisco para resolver as questões que surgirem durante o processo de arbitragem.

O projeto prevê a criação de uma comissão de conciliação de interesses do contribuinte e do fisco para resolver as questões que surgirem durante o processo de arbitragem.

O projeto prevê a criação de uma comissão de conciliação de interesses do contribuinte e do fisco para resolver as questões que surgirem durante o processo de arbitragem.

O projeto prevê a criação de uma comissão de conciliação de interesses do contribuinte e do fisco para resolver as questões que surgirem durante o processo de arbitragem.

O projeto prevê a criação de uma comissão de conciliação de interesses do contribuinte e do fisco para resolver as questões que surgirem durante o processo de arbitragem.

O projeto prevê a criação de uma comissão de conciliação de interesses do contribuinte e do fisco para resolver as questões que surgirem durante o processo de arbitragem.

O projeto prevê a criação de uma comissão de conciliação de interesses do contribuinte e do fisco para resolver as questões que surgirem durante o processo de arbitragem.

O projeto prevê a criação de uma comissão de conciliação de interesses do contribuinte e do fisco para resolver as questões que surgirem durante o processo de arbitragem.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Folha de S. Paulo

Seção: Mercado Caderno: A Pagina: 19